

O MUSEU NA COMUNIDADE: PATRIMÓNIO, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO*

*José Amado Mendes***

As questões relacionadas com o património têm vindo a ser frequentemente analisadas, como se pode comprovar pela vasta literatura que lhes tem sido dedicada. Tal deve-se a vários factores, de entre os quais se destacam: o alargamento do conceito de património, nas últimas décadas, fez com que aquele passasse a abranger também realidades que, até há pouco, lhes eram estranhas; por outro lado, uma certa globalização, inclusive sob o ponto de vista cultural, desencadeou reacções de sinal contrário, tendentes a reforçar as identidades das comunidades; por último, uma verdadeira explosão museológica tem contribuído para a salvaguarda de parcelas consideráveis do património, em nítido contraste com a parte que outrora era objecto de intervenção. Em consequência de uma certa «patrimoniolização» da realidade e da criação de um número excepcional de museus, as potencialidades destes começaram a evidenciar-se, não só a nível cultural e educativo, mas igualmente no que concerne ao desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Uma das características mais relevantes da sociedade deste fim de século – por alguns apelidada de pós-moderna – reside precisamente na relevância que tem vindo a atribuir-se ao fenómeno museológico, considerado nas suas múltiplas vertentes. Daí a criação de numerosos museus, por todo o lado, desde as

** Faculdade de Letras da Universidade Coimbra; Pólo de Viseu do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica Portuguesa; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20).

grandes metrópoles urbanas até às minúsculas comunidades aldeãs e rurais. Por tal motivo, até já se ouviu falar de “museomania” ou de “explosão museológica”.

A que se deverá esse redobrado interesse por uma instituição, outrora eminentemente elitista, destinada a servir apenas determinados grupos sociais privilegiados e a veicular ideais, não raro eivados de um acentuado fervor nacionalista ou mesmo ultranacionalista?

Tratar-se-á de uma espécie de moda ou, pelo contrário, estaremos face a uma tendência com raízes mais profundas que, precisamente por isso, irá prevalecer nas próximas décadas, para não dizer ao longo do próximo século? Inclino-me mais para esta última hipótese, dadas as motivações que me parecem estar por detrás do interesse e da simpatia que os museus têm vindo a granjear.

Como procurarei evidenciar seguidamente, o surto museológico verdadeiramente excepcional, que tem vindo a registar-se, está relacionado com uma série de outros factores, dos quais se destacam: uma nova concepção do devir histórico e, inclusivamente, do próprio fazer história. Esta já não contempla apenas os eventos de carácter político-militar, religioso e diplomático, como sucedia tradicionalmente, mas ocupa-se também de numerosos outros aspectos que, afinal, fazem parte do percurso do homem, em sociedade. Em consequência dessa nova perspectiva, o número dos protagonistas da história alargou-se substancialmente, assim como se expandiu muitíssimo o conceito de fonte histórica, como testemunho da actividade humana. Não menos relevante foi, contudo, a própria alteração verificada no que se refere ao alargamento do conceito de património, o qual constitui, como é sabido, elemento essencial dos museus.

Acrescente-se, todavia, que estes não se circunscrevem à preservação do dito património. Além desta, a instituição museológica exerce outras funções, não de menor relevo, a saber: na educação e na cultura, no reforço da identidade das respectivas comunidades e no próprio desenvolvimento socioeconómico.

1. O PATRIMÓNIO EM DESTAQUE: DE UM CONCEITO ELITISTA AO DE “PATRIMONIALIZAÇÃO” DOS NOSSOS DIAS

As questões relacionadas com o património estão hoje na ordem do dia. Para o sociólogo francês Jacques Capdevielle, o património constitui mesmo “um fundamento unificador da classe média”.¹ Outras expressões, como “ciência e consciência do património”, “a alquimia do património” ou “património e paixões identitárias” – títulos de obras recentemente publicadas sobre o assunto² – revelam o interesse que a temática tem vindo a despertar, inclusive

do ponto de vista teórico. Além dessa reflexão teórica, relativamente abundante, a que o património tem estado sujeito – ainda que sob outras designações³ –, o respectivo conceito apresenta, hoje, um âmbito muito mais lato do que aquele que tinha ainda há algumas décadas atrás. Com efeito, para nos reportarmos mais especificamente ao chamado património cultural, este actualmente já abrange, por exemplo: a arte e a ciência, a tecnologia e o folclore, a gastronomia e os costumes, o artesanato e a indústria, a agricultura, o comércio e os transportes. Aos movimentos de salvaguarda do património e, conseqüentemente, de numerosos monumentos, considerados também em sentido lato, não são estranhos: a) os choques traumáticos, provocados pelas demolições devidas ao segundo conflito mundial; b) o acelerado crescimento económico inerente à segunda e terceira vagas da industrialização, durante as quais a “destruição criadora”, em termos schumpeterianos, tem sido manifesta.⁴

Como é do conhecimento geral, durante séculos, à noção de património cultural associavam-se fundamentalmente os monumentos que permitissem recordar eventos de índole militar – batalhas, campanhas de tipo diverso, conquistas, etc., pelo que castelos, fortalezas ou estátuas de generais célebres constituíam monumentos muito apreciados –, diplomática, religiosa ou, então, associados a antigas civilizações, valorizadas por um certo exotismo e pela patine que o tempo lhes foi acrescentando. Na actualidade, a referida noção é muito mais globalizante, incluindo, como vimos anteriormente, todas as esferas da actividade humana.

A propósito do património como uma noção evolutiva, pode ler-se numa obra recentemente publicada em França: «Hoje, a noção de património alarga-se para se estender à arquitectura popular, aos objectos e utensílios quotidianos, aos conhecimentos e aos saber-fazer, às paisagens modeladas pelas actividades humanas e, igualmente, a elementos como os biótipos, os conjuntos relativos à flora e à fauna, constituindo o que se chama o património natural».⁵

De entre os “novos territórios” que têm vindo a integrar o património cultural, merece um destaque especial o chamado património industrial, quer pela sua relativa abundância, quer pelos estudos a que tem dado origem, quer ainda pelas funções socioculturais, pedagógicas e mesmo económicas que desempenha. Trata-se de uma noção «definida nos anos 1970, como resultado da tomada de consciência da sua precariedade por arquitectos, historiadores, economistas e associações locais de defesa do património. Ela refere-se aos bens imóveis (construções, sítios transformados e paisagens), às instalações, máquinas e utensílios, assim como ao conjunto de produtos resultantes da indústria».⁶

Como se infere do que se acaba de expor, o conceito de património, em geral, e de património cultural, em particular – recorde que, a partir da década de 1930, começou a verificar-se a tendência para associar as duas noções –, são

hoje muito vastos. Com efeito, no que se refere apenas à noção de património cultural, ela «cobre, em princípio, toda uma ordem de símbolos, monumentais, testemunhos de níveis sucessivos de civilização».⁷

Resta acrescentar que o património, para além das múltiplas e já referidas funções que desempenha, inclusive as associadas à memória e à identidade, tem igualmente uma quota parte importante como “cimento” de ligação, entre o passado, o presente e o futuro. Como escreveu Miguel Ángel del Arco Torres, no prólogo à obra intitulada *El Patrimonio Cultural Español*, «O passado irmana-se com o futuro através do presente, com o seu fio de Ariadne. No passado o tempo se faz intemporal e o espaço mistério. Na pós-modernidade estão caminhando simultaneamente o antigo e o novo».⁸ Escusado será dizer que uma das formas de dar futuro ao passado é precisamente através da preservação, estudo e divulgação do legado que nos foi transmitido, geralmente identificado como património cultural, bem como dos respectivos monumentos que o integram.

2. O PATRIMÓNIO COMO VERTENTE IDENTITÁRIA

O património, com a sua quase omnipresença – não só real mas também simbólica –, apresenta uma relação muito estreita com a problemática da identidade. Aliás, como já foi sublinhado por Jacques Le Goff, as noções de património e de identidade, lentamente elaboradas, são hoje convergentes.⁹ Essa convergência verifica-se também na relevância que lhes é dada, pois, tanto num como no outro caso, trata-se de assuntos da maior pertinência e actualidade. Analisado, ainda que sumariamente, o património, consideremos em seguida a identidade.

Em primeiro lugar, refira-se que a questão da identidade pode ser perspectivada de vários ângulos, consoante o objecto de estudo em foco e a própria disciplina utilizada na respectiva análise. Entre outros, recorde apenas três exemplos, oriundos do âmbito da psicologia, da história da cultura e da história das organizações.

No primeiro caso, são bem conhecidos os trabalhos do psicólogo norte-americano, Eric Erikson, acerca da identidade e crise da juventude. No segundo, basta lembrar as reflexões dedicadas à temática – designadamente à *identidade nacional*, no caso de Portugal –, por autores tão diversos como Joaquim de Carvalho, António José Saraiva, Jorge Dias ou, mais perto de nós, por José Mattoso, Manuel Villaverde Cabral ou Boaventura de Sousa Santos.¹⁰ Por último, no que concerne à história das organizações, fala-se muito, actualmente, na identidade da empresa, tema a que Wally Olins, por exemplo, dedicou um

interessante trabalho, que já se pode considerar clássico¹¹. É deste autor a seguinte definição de identidade:

Cada organização é única, e a identidade tem de fazer realçar as próprias raízes da organização, a sua personalidade, os seus pontos fortes e as suas limitações. Isto é verdade tanto para uma multinacional moderna como para qualquer outra instituição histórica, desde a Igreja Cristã ao Estado Nação.¹²

Entretanto, poder-se-á perguntar: a que se deve esta aparente sobrevalorização da problemática da identidade, numa altura em que tudo parece encaminhar-se no sentido da globalização e, conseqüentemente, de uma certa uniformização, o que redundará, em última análise, no atenuar ou mesmo no apagar de especificidades que são, afinal, o próprio cerne da identidade?

A resposta não se afigura fácil de dar, o que é agravado pela escassez de estudos sobre o assunto. Contudo, a exemplo do que já se disse relativamente ao património, é muito provável que às crises de identidade, resultantes da constituição de grandes blocos e da já referida globalização e mesmo de uma certa mundialização – com os prós e os contras que daí advêm –, se sucedam movimentos de sinal contrário. Através destes, procura valorizar-se o que é tipicamente nacional, regional ou local, aquilo que melhor identifica e caracteriza essas realidades e respectivas comunidades.

Essas acções e/ou movimentos revestem-se, desde logo, de uma enorme relevância histórico-cultural. De facto, numa época em que em vez de Cultura – com maiúscula e única –, se prefere falar de culturas, múltiplas e diferenciadas, o seu estudo e divulgação devem assumir foros de quase militância. Por outro lado, numa altura em que o bem-estar das populações passa muito pela dinâmica competitiva das suas organizações, tanto do ponto de vista nacional como internacional, o reforço da identidade, aos mais diversos níveis, deve ser encarado como tarefa prioritária. Quer dizer, o acentuar e o divulgar as diferenças, as características específicas e o que mais individualiza determinada cultura ou comunidade ajuda a tornar mais conhecido – ou, se se preferir, ajuda a “vender” –, o que não pode deixar indiferente quem se preocupa com as questões do desenvolvimento, infelizmente ainda muito marcadas por assimetrias regionais ou locais, por vezes gritantes.

Como será fácil de deduzir, o que se acaba de expor adquire todo o sentido, se for equacionado tendo em vista o que se referiu acerca do património, na sua concepção lata e mais actualizada. É que o património constitui um referente essencial da identidade, dos indivíduos como das sociedades. A identidade transmite-se e reforça-se através da memória, quer individual, quer colectiva. Ora o património cultural, por meio dos testemunhos que o integram, constitui alicerce fundamental da dita memória. A sua fácil observação – pois grande parte dele encontra-se à nossa volta e faz parte da civilização material e do próprio quotidiano – e as recordações que invoca transformam-no num

elemento que poderíamos classificar como que estruturante da própria identidade.

Assim, a identidade de uma comunidade define-se e caracteriza-se não só pelos eventos, mais ou menos sonantes, com ela relacionados, como pelas actividades nela exercidas, pelos contactos com outras comunidades, pelo viver das populações, pelo tipo de alimentação e de vestuário, pelas suas festas e, obviamente, pela acção dos seus membros, sem esquecer as respectivas elites. Acontece que muito do que acaba de ser referido não se encontra testemunhado por fontes escritas, praticamente as únicas que o historiador, até há poucas décadas atrás, sabia e desejava utilizar. Ao invés, abundam os testemunhos materiais da actividade humana, património cultural, sem dúvida, mas também fontes imprescindíveis para o conhecimento da história e, naturalmente, da própria identidade.

Para tornar mais claro o anteriormente referido, atentemos nos seguintes exemplos: se certos acontecimentos políticos, bem conhecidos, se encontram indissociavelmente ligados a determinadas localidades (Aljubarrota, 1385; Buçaco, 1810; e Fonte Arcada, 1846), por que não admitir que, para outras, o que mais as “marcou”, mesmo em termos identitários, foram actividades nelas tradicionalmente exercidas (lanifícios, na Covilhã; vidro e moldes, na Marinha Grande; exploração mineira, no Cabo Mondego, em Canas de Senhorim ou em São Domingos)? A quantidade de monumentos industriais existentes, naquelas como noutras localidades, assim como muitas outras fontes, inclusive orais, não deixa grandes dúvidas acerca da hipótese formulada.

3. SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: O PAPEL DOS MUSEUS

Quando o conceito de património era mais limitado, a sua salvaguarda, *in situ*, estava facilitada, pois também o número de monumentos a preservar era mais reduzido. Estes consistiam fundamentalmente em igrejas e catedrais, castelos e fortalezas, estátuas e outros tipos de monumentos comemorativos, estruturas ou ruínas arqueológicas de antigas civilizações. Por seu turno, aos museus competia conservar – e, se possível, expor – obras de arte, colecções de objectos de natureza etnográfica ou científica ou ainda vestígios de escavações arqueológicas. Face aos critérios restritivos utilizados, o reduzido número de colecções e objectos a preservar não justificava a existência de um elevado número de museus.

Esta situação mudou por completo nas últimas décadas. Efectivamente, com o já mencionado movimento de «patrimoniolização», emergiram dois novos fenómenos. Por um lado, multiplicaram-se os monumentos a preservar e,

muitas vezes, a reutilizar ou requalificar. Deste modo, antigas fábricas e oficinas – já apelidadas de “catedrais dos tempos modernos” –, pontes e meios de transporte e comunicações, fábricas de gás e estações elevatórias de água, centrais eléctricas e tecnologias várias são apenas alguns dos exemplos de património a merecer atenção e, frequentemente, a justificar acções tendentes à sua salvaguarda.

Por se tratar de um tipo de património esteticamente pobre e recente, à luz de critérios tradicionais, nem sempre há unanimidade acerca da necessidade de o proteger. Dada a natureza deste género de património, a justificação da sua salvaguarda aconselha a que se usem critérios que tenham como fundamento, não só o seu valor artístico mas também o valor histórico e o próprio valor de uso.¹³

Por outro lado, uma parte considerável dos monumentos a preservar tem que ser removida do seu meio ambiente, a fim de o respectivo local poder vir a ser utilizado para outras finalidades. Em tais circunstâncias, duas alternativas se colocam: a sua destruição e desaparecimento ou, em alternativa, a sua deslocação para museu(s). Esta última deve ser vista como um mal menor, pois a deslocação implica sempre uma certa perda, uma vez que o objecto é afastado do seu contexto natural, com o qual constituía uma unidade e, eventualmente, um “sítio”.

Mas, a necessidade de salvaguarda daquele património não justifica, por si só, um tão grande crescimento do número de museus. Para este tem contribuído igualmente o desejo, por parte das comunidades, de preservarem o património que lhes é querido e com o qual se identificam.

O assunto já foi estudado, por exemplo, no que se refere à costa meridional da Finlândia. Neste país, com uma população de cerca de cinco milhões de habitantes em 1988, já existiam, na altura, 650 museus, o que constituiria uma densidade recorde em todo o mundo. Em resposta à pergunta “Por que é que cada aldeia finlandesa quer ter o seu museu”, as autoras do referido estudo – reportando-se concretamente a três aldeias piscatórias do sul daquele país –, afirmam: «os sentimentos de identidade cultural são cada vez mais fortes. Toda a espécie de sociedades e de organizações quer preservar o seu património cultural. Por razões quase afectivas, elas têm medo de ver os objectos e documentos que possuem desaparecer no museu provincial. É assim que nascem novos museus».¹⁴

A motivação apresentada não é, obviamente, um exclusivo da Finlândia. Além de factor de identidade, trata-se ainda de uma questão de pertença. «Quando as pessoas fundam e mantêm um museu local, este é o *seu museu*; ele responde a uma necessidade que um grande museu central, gerado de forma profissional, jamais poderá satisfazer».¹⁵

4. PATRIMÓNIO E ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS COMO FACTORES DE DESENVOLVIMENTO

A já referida “explosão museológica” – tanto ao nível quantitativo como qualitativo – tem-se verificado, de forma muito intensa, no âmbito regional e local. Daí o desenvolvimento de novas realidades museológicas e museográficas, traduzidas pelas seguintes expressões: ecomuseus – designação inventada em 1972¹⁶ –, museus de sociedade, museus locais, museus de vizinhança, etc.

Tratando-se de realidades tão diversas, não é fácil caracterizá-las globalmente. Contudo, todas elas apresentam alguns traços comuns, nomeadamente: a) privilégio dado à pequena escala, à microanálise, ao invés dos museus nacionais, que se situam mais numa perspectiva de tipo macro (Assim, pode dizer-se que as ditas realizações museológicas se integram em tendências pós-modernistas); b) relação estreita com as respectivas comunidades, nas quais se integram; c) adopção de um conceito lato de património – de acordo com a óptica considerada hoje mais actualizada e à qual já se aludiu anteriormente –, contemplando não só as actividades do dia-a-dia como as próprias “coisas banais”, para usar a expressão recentemente vulgarizada por Daniel Roche¹⁷; c) assunção, aliás sem quaisquer complexos, de uma vertente económica que, se não constitui, em última análise, a sua razão de ser, pelo menos viabiliza-as e faz delas instituições úteis à comunidade e, por isso mesmo, acarinhadas por ela.

Trata-se, afinal, de analisar as potencialidades dessa outra vertente do património, de ordem essencialmente económica, sempre presente, mas que só desde há pouco tem vindo a merecer, de forma explícita, a atenção dos investigadores. Fê-lo, entre outros autores, Xavier Greff, na obra intitulada, exactamente, *La valeur économique du patrimoine. La demande et l' offre de monuments*.¹⁸ Neste trabalho, o autor procura responder às seguintes questões que poderão constituir, para nós, outros tantos motivos de reflexão:

Tem o património um valor económico?

É susceptível de criar empregos e de gerar rendimentos?

Constitui, de algum modo, um recurso para o desenvolvimento?

Escusado seria acrescentar que o autor, como economista, embora também sensível às questões patrimoniais, acaba por responder afirmativamente às ditas questões. Todavia, também outros investigadores têm vindo a chamar à atenção para os mesmos aspectos.

Com efeito, acerca do papel dos ecomuseus no desenvolvimento turístico, já foi destacado: «Os ecomuseus e os museus de sociedade figuram entre as raras instituições culturais que, desde a sua origem, têm prestado atenção ao mundo económico».¹⁹

Na sequência do que acaba de sublinhar-se, nunca é demais recordar que o museu, como qualquer outra organização, deve estar ao serviço do Homem. Isso mesmo tem sido defendido e posto em prática através de experiências várias, geralmente bem sucedidas. Podem detectar-se exemplos em diversos países, desde a Suécia, Dinamarca e Grã-Bretanha à França, à Espanha e à Áustria, para já não falar dos Estados Unidos da América e do Canadá. Vejamos, apenas a título de exemplo, algo sobre dois dos países mencionados.

Num artigo, referente à realidade regional e local austríaca, pode ler-se: «Hoje [1992], não existe, por assim dizer, nenhuma localidade, cidade ou aldeola que não queira possuir o seu museu, o que não está necessariamente ligado apenas ao desejo, aliás bem patente, de uma população em busca da sua história e da sua identidade regional. São muitas vezes considerações turísticas e económicas que prevalecem, o que é confirmado pelos números de visitantes: 85% de turistas contra apenas 15% de habitantes da região».²⁰

Como é ainda salientado no dito trabalho, naqueles museus dedica-se especial atenção às estratégias de comunicação, com crianças, adolescentes ou adultos, valorizando-se assim a função do museu, «a fim de levar a população local a ver nele um instrumento dinâmico do desenvolvimento da sua identidade regional».²¹

O outro caso, que gostaria de recordar, refere-se aos Estados Unidos, onde o papel relevante, desempenhado pelos museus regionais e locais, tem já uma longa tradição. Tal facto impressionou muitos museólogos, de entre os quais o português João Couto ou o escocês Douglas Allen (director do “Royal Scottish Museum at Edinburgh”). Este, após uma visita ali efectuada, em 1960, declarava: «Em muitas cidades na América... o museu ou a galeria de arte constitui, juntamente com a igreja, o centro mais importante da comunidade, onde cada um encontra os vizinhos e ocupa horas de lazer, adquirindo competências e praticando “hobbies”».²²

Fácil se torna inferir, destes como de muitos outros exemplos que poderíamos indicar, que há uma tendência para perspectivar o museu – mormente ao nível regional e local – não como um custo, mas sim como um benefício. Em primeiro lugar, benefício cultural, cujos rendimentos serão auferidos “em espécie” e a médio ou a longo prazo (assunto a que oportunamente voltarei), pois trata-se da valorização de recursos humanos. Recordando a tese de Gary Becker, na sua obra sobre o *Capital Human* (1964), o investimento em educação – e os museus devem ser considerados, *lato sensu*, como instituições educativas –, continua a ser, indubitavelmente, o mais seguro.²³

O que acaba de dizer-se justifica a atenção crescente que a instituição museológica tem vindo a merecer, por parte de governos, organismos responsáveis pela promoção do desenvolvimento, autarquias, empresas, famílias, etc. Consequentemente, não surpreende que em França, inclusive em cidades de

dimensão média (cerca de 30 000 habitantes, em 1972), se encontrem, ao lado de escolas de vários níveis de ensino, três focos de cultura: teatro, biblioteca e museu. Essa tendência está de acordo com uma das características da sociedade actual, já classificada como “sociedade da imagem”. É que, como o disco conduz ao concerto, a imagem conduz ao museu.²⁴

O museu surge-nos, assim, como um elemento importantíssimo a considerar, em políticas e estratégias de desenvolvimento, constituindo não só um valioso repositório de história e de cultura como também um agente dinâmico, ao serviço da comunidade. Em certas zonas ou localidades, onde a recente vaga de desindustrialização tem provocado transformações radicais, a função do museu é praticamente insubstituível. Ele permite como que dar vida ao passado, salvaguardando e divulgando legados que, sem intervenção museológica, estavam condenados a desaparecer rapidamente. Exemplos do que acabo de referir não faltam, tanto a nível nacional como internacional. Daqueles, basta pensar-se na área portuária de Liverpool ou em Bilbau. Aqui, como é do conhecimento geral, após uma profunda crise, que afectou, entre outras, a construção naval e a metalomecânica, surge esse fantástico Museu Guggenheim, que permitiu não só revitalizar a zona envolvente como a própria cidade e respectiva região. Os dois milhões de visitantes que por ele passaram, em pouco mais de ano e meio, após a sua abertura, comprovam o que fica dito. Entre nós, lembremos o Seixal, Setúbal, Vila Nova de Famalicão ou, mais próximo de nós, a Covilhã.

Poderá parecer injusto não referir, aqui, outras iniciativas museológicas, regionais e locais. De facto, elas já atingem um número relativamente elevado – que se contam pelas várias centenas –, graças ao dinamismo de certas autarquias, organizações sem fins lucrativos, empresas e outras entidades. Por tal motivo, fazer a sua inventariação, nas actuais circunstâncias, seria não apenas descabido como até impossível. Prefiro, assim, chamar a atenção para o muito que há a fazer em tal domínio, sobretudo no âmbito autárquico.

As iniciativas já levadas a cabo têm sido de carácter pontual, não constituindo ainda prática generalizada, nas estratégias de desenvolvimento definidas e incrementadas pelos órgãos de gestão autárquica.

A questão dos museus insere-se no sector mais vasto da cultura, ao qual se torna necessário prestar redobrada atenção. Como é sabido, estamos numa época em que muito se fala de cultura. Atestam-no o uso de expressões como “Estado cultural”, “escola cultural”, “cultura de empresa” ou “gestão pela cultura”. Sendo assim, não deverá procurar desenvolver-se uma gestão autárquica, também ela cada vez mais cultural? Não deveria generalizar-se mais aquilo a que, à falta de expressão mais adequada, se poderá designar por uma “gestão autárquica pela cultura”? Estas preocupações, por certo já partilhadas por muitos autarcas e seus colaboradores, virão a adquirir, num futuro próxi-

mo, cada vez maior pertinência, à medida que as necessidades básicas, que têm vindo a ser paulatinamente satisfeitas, exijam recursos menos avultados.

Aliás, também aqui se deve tomar em atenção experiências já realizadas, para as quais se acaba de chamar a atenção, nos seguintes termos:

Na verdade não conhecemos na Europa região ou cidade que tenha conseguido “instalar” o desenvolvimento, isto é, que o tenha implantado para durar, sem uma instalação concomitante das práticas culturais. Não se encontra tal dissociação.²⁵

A citação que acabo de fazer foi extraída de um interessante e útil trabalho, recentemente publicado pela Comissão de Coordenação da Região Norte, sob o título *O Sector da Cultura nas Câmaras municipais da Região Norte* (1999), cuja leitura recomendo. O estudo baseou-se fundamentalmente nas respostas dadas a «um inquérito por questionário aos vereadores ou responsáveis pelo pelouro da cultura das 75 Câmaras da Região (excluída a Área Metropolitana do Porto)».

Para além dos quadros estatísticos e dos elucidativos dados que contêm – cuja análise exigiria uma leitura atenta –, permito-me chamar a atenção para alguns aspectos, mais relacionados com o tema que me propus focar:

Concretamente sobre museus não dispomos de informação, embora o assunto se encontre, por certo, “diluído” por certas rubricas, como “património cultural” e “recintos culturais”.

Acerca da relação entre cultura e desenvolvimento – que, obviamente, abrangeria os museus como factores de desenvolvimento –, as ilações a tirar das respostas recebidas²⁶ não se apresentam muito lisonjeiras. Assim, esclarece-se no referido trabalho: «A impressão dominante das respostas diz-nos que é (ainda) imperceptível ou inconsciente a relação activa entre cultura, práticas culturais e desenvolvimento». E acrescenta-se: «As repostas repartem-se grosso modo, um terço para sim, um terço para não, um terço não responde».²⁷

As verbas atribuídas à cultura aparecem, de algum modo, inflacionadas, devido ao “peso” da rubrica “Jogos e Desportos”, que concentram cerca de metade do montante total daquelas. Daí a sugestão expressa pelos autores: «a necessidade duma clarificação do parentesco dessa rubrica Jogos e Desportos com a cultura».²⁸ Verifica-se, contudo, uma evolução favorável, em prol da cultura, isto é, «a progressiva afirmação da cultura, como recurso e como tarefa».²⁹

Entre vários outros aspectos que poderiam ser realçados, apenas recordo mais um: o chamar de atenção para a necessidade de, além do equipamento, se valorizar também o capital cultural. No trabalho em questão pode ler-se, a propósito: «A cultura custa dinheiro mas paga-o bem; só que uma grande parte desse retorno vem em espécie, vem em benefícios de saúde humana e cidadania, para os seus clientes: este [é] um dos pilares de avaliação da cultura. Mas

ainda tão pouco cotado nas considerações e práticas das autarquias, que estas se mostram por isso renitentes (em muitos casos avaras) quanto a dotação financeira da cultura».³⁰

CONCLUSÃO

Como julgo poder deduzir-se de tudo o que fica exposto, a problemática dos museus adquiriu uma importância tal que deixou de poder estar confinada às próprias instituições museológicas e aos seus responsáveis. Pelas suas múltiplas implicações em diversos sectores – salvaguarda, estudo e divulgação do património, cultura e educação, lazer e ocupação dos tempos livres, criação de postos de trabalho e dinamização socioeconómica das localidades e respectivas comunidades, qualidade de vida, reforço da identidade e preservação da memória colectiva –, urge prestar-lhe mais atenção e tirar partido das suas enormes potencialidades.

Assim, as estratégias de desenvolvimento integral e sustentado devem, cada vez mais, integrar acções no âmbito da museologia, de tipo diverso. Em muitos casos, dever-se-á recorrer a estruturas desactivadas – antigas fábricas, moinhos, lagares de azeite, mercados, estações elevatórias ou centrais eléctricas –, o que poderá nem sequer exigir grandes investimentos. Noutros casos, será mesmo aconselhável proceder à musealização de sítios ou de conjuntos. Quando estes adquirem significado e escalas adequadas, a constituição de ecomuseus pode ser uma das soluções viáveis. Experiências levadas a cabo, nas últimas três décadas, têm dado resultados muito animadores.

Em suma: não há uma solução, mas sim soluções. De qualquer modo, a todas elas se encontra subjacente uma nova concepção de museu. Este deixou de ser, espera-se que definitivamente, um armazém ou uma necrópole do património, para ser uma instituição dinâmica e interveniente, ao serviço do Homem e da comunidade.

NOTAS

* O trabalho que ora se publica, anotado e ampliado, foi inicialmente apresentado às II Jornadas Históricas “O Século XX e o final do milénio”, organizadas pela Câmara Municipal de Seia, em 10, 11 e 12 de Novembro de 1999.

¹ Jacques Capdevielle, *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la classe moyenne*, Paris, Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986, p. 372.

² Pierre Nora (dir.), *Science et conscience du patrimoine. Entretiens du Patrimoine. Théâtre de Chaillot, paris, 28, 29 et 30 novembre 1994*, Paris, Librairie Arthème Fayard,

1997; Yvon Lamy (dir.), *L'alchimie du patrimoine. Discours et politiques*, Talence, Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1996; Jacques Le Goff (dir.), *Patrimoine et passions identitaires. Entretien du patrimoine. Théâtre national de Chaillot, Paris, 6, 7 et 8 janvier 1997*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et des sites/Éditions du Patrimoine, 1998.

³ "Património cultural", entre nós, ou "heritage", "cultural heritage" ou apenas "past", em inglês (Ver, por exemplo: Michael Hunter, ed., *Preserving the Past. The Rise of Heritage in Modern Age*, Londres, Allan Sutton, 1996; Kevin Walsh, *The Preservation of the Past. Museums and Heritage in the Post-Modern World*, reimpr., Londres, Routledge, 1997.

⁴ M. Hunter (ed.), *op. cit.*, p. 58.

⁵ Jean-Luc Sadorge (dir.), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, Les Éditions du CNFCT, 1996, p. 12.

⁶ Marie Françoise Laborde, *Architecture industrielle. Paris et Environs*, Paris, Éditions Parigamme, 1998, p. 11.

⁷ Jean-Yves Andrieux, *Le patrimoine industriel*, col. Que sais-je? N.º 2657, Paris, PUF, 1992, p. 47.

⁸ Félix Benítez de Lugo Y Gillén, *El Patrimonio Cultural Español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, Ed. Comares, 1998, p. XVI.

⁹ J. Le Goff (dir.), *op. cit.*, p. 9.

¹⁰ A respectiva bibliografia encontra-se referenciada num trabalho de síntese que dediquei ao assunto: José M. Amado Mendes, *A identidade portuguesa: perspectiva histórica*, José M. Amado Mendes e João Luís Fernandes, *Identidade Portuguesa*, Cadernos de Língua e Cultura Portuguesa, série História e Geografia, n.º 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1999, p. 11-24.

¹¹ Wally Olins, *Corporate Identity. Making Business Strategy Visible through Design*, Londres, Thames and Hudson, 1991.

¹² W. Olins, *idem*, p. 7.

¹³ Jean-Yves Andrieux (dir.), *Patrimoine et société*, Presses Universitaires de Rennes, 1998, p. 166.

¹⁴ Outi Peisa e Marketta Tamminen, «Pourquoi chaque village finlandaise veut avoir son musée», *Museum*, n.º 160, 1988, p. 181.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ François Hubert, «Nouveaux musées, nouvelles muséologies», *Pour*, n.º 153 (Março, 1997): *Écomusées et Musées de Société. Dire l'histoire et gérer la mémoire au présent*, p. 25.

¹⁷ Daniel Roche, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (Séculos XVII-XIX) (trad. do francês)*, Lisboa, Teorema, 1998.

¹⁸ Paris, Anthropos, 1990.

¹⁹ Christinne Quentin, «Écomusées et développement touristique», *Pour*, n.º cit., p. 81 (Como em casos análogos, a tradução das citações, a partir de língua estrangeira, são da minha responsabilidade).

²⁰ Hartmut Prash, «Musées régionaux, musées locaux: que dialogue?», *Museum*, n.º 175, 1992, p. 133.

²¹ *Idem*, p. 135.

²² Edward P. Alexander, «The regional museum as cultural centre», *Museum*, vol. XXIII, n.º 4, 1970/71, p. 274.

²³ Gary S. Backer, *Human Capital. A theoretical and empirical analysis, with special reference to educatio*, Nova Iorque e Londres, Columbia University Press, 1964.

²⁴ *The Museum in the service of man: today and tomorrow. The papers from the Ninth General Conference of Icom*, Paris, The international Council of Museums, 1972, p. 9-11.

²⁵ *O Sector da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte*, Porto, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território/Comissão da Coordenação da Região Norte, 1999, p. 9-10.

²⁶ A resposta formulada foi a seguinte: «O pelouro da cultura tem promovido actividades de animação cultural para o desenvolvimento?» (*op. cit.*, p. 27).

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Idem*, p. 57.

²⁹ *Idem*.

³⁰ *Idem*, p. 64-65.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Edward P. (1970/71), «The Regional museum as a cultural centre», *Museum*, vol. XXIII, n.º4, p. 274-278.
- ANDRIEUX, Jean-Yves (1992), *Le patrimoine industriel*, col. "Que sais-je? N.º 2657", Paris, PUF.
- ANDRIEUX, Jean-Yves (1998), *Patrimoine et société. Actes du cycle de conférences prononcées à l'université de Haute-Bretagne (Rennes 2)*, Paris, PUF.
- BECKER, Gary (1964), *Human Capital. A theoretical and empirical analysis, with reference to education*, Nova Iorque e Londres, Columbia University Press.
- CAPDEVIELLE, Jacques (1986), *Le fétichisme du patrimoine. Essai sur un fondement de la class moyenne*, Paris, Press de la Fondation National des Sciences Politiques.
- GREFF, Xavier (1990), *La valeur économique du patrimoine. La demand et l'offre de monuments*, Paris, Anthropos.

- HUBERT, François (1997), «Nouveaux musées, nouvelles muséologies», *Pour*, n.º 153: *Écomusées et musées de société. Dire l'histoire et gérer la mémoire au présent*, Paris, Diffusion L'Harmattan, p. 23-30.
- HUNTER, Michael (ed.) (1996), *Preserving the Past. The rise of heritage of Modern Britain*, Reino Unido, Alan Sutton.
- LABORDE, Marie Françoise (1998), *Architecture industrielle. Paris & Environs*, Paris, Parigramme.
- LAMY, Yvon (dir.) (1996), *L'alchimie du patrimoine. Discours et politiques*, Éditions de la Maisons des Sciences de l'Homme d'Aquitaine.
- LE GOFF, Jacques (dir.) (1998), *Patrimoine et passions identitaires. Entretiens du Patrimoine. Théâtre national de Chaillot. Paris, 6, 7 et 8 janvier 1997*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments historiques et des sites/Éditions du Patrimoine.
- LUGO Y GUILLÉN, Félix Benítez de (1988), *El patrimonio cultural español (Aspectos jurídicos, administrativos y fiscales)*, Granada, Ed. Comares.
- MENDES, José M. Amado e FERNANDES, João Luís (1999), *A identidade portuguesa*, Cadernos de Língua e Cultura Portuguesa, 1, Coimbra, Faculdade de Letras.
- Museum (The) in the service of man, today and tomorrow. The papers from the Ninth General Conference of Icom* (1972), Paris, Icom, The International Council of Museums.
- NORA, Pierre (dir.) (1997), *Science et conscience du patrimoine. Entretiens du Patrimoine. Théâtre national de Chaillot. Paris, 28, 29 et 30 novembre 1994*, Paris, Librairie Arthème Fayard/Caisse national des monuments et des sites/Éditions du Patrimoine.
- PEISA, Outi e TAMMINEN, Marketta (1998), «Pourquoi chaque village finlandaise veut avoir son musée», *Museum*, 160, 1988, p. 180-182.
- PRASCH, Hartmut (1992), «Musées régionaux, musées locaux: quel dialogue?» *Museum*, 175, n.º 3, p. 133-136.
- QUENTIN, Christine (1997), «Écomusées et développement touristique», *Pour*, n.º 153: *Écomusées et musées de société. Dire l'histoire et gérer la mémoire au présent*, Paris, Diffusion L'Harmattan, p. 81-86.
- ROCHE, Daniel (1998), *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (séculos XVII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Editorial Teorema.
- SADORG, Jean-Luc (dir.) (1996), *Quand le patrimoine fait vivre les territoires*, Paris, CNFPT.
- Sector (O) da Cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte* (1999), Porto, Comissão de Coordenação da Região Norte.
- WSLH, Kevin (1992), *The Preservation of the Past. Museums and heritage in the post-modern World*, Londres e Nova Iorque, Routledge.